

## **Moção de repúdio a atos governamentais de desmonte de estruturas democráticas do Estado brasileiro**

Os educadores matemáticos brasileiros sempre se colocaram como parceiros na concepção, no desenvolvimento e na consolidação de políticas públicas do Estado, buscando colaborar efetivamente com o desenvolvimento de programas como os de currículo, avaliação, formação inicial e continuada de professores, materiais instrucionais, pesquisas, dentre outras políticas. Assim, a comunidade de educadores de Matemática nunca se negou a estar presente de forma atuante e crítica no conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento qualitativo da educação brasileira.

O conjunto de educadores matemáticos, atento de forma crítica e responsável, se preocupa com encaminhamentos e atos do governo interino e se posiciona em relação a eles, uma vez que eles comprometem as ações coletivas e institucionais no panorama da educação nacional, que apontam a existência de afronta a princípios democráticos que alicerçam nossa nação brasileira, desconsiderando valores pilares do Estado.

Assim, nós, educadores matemáticos, reunidos no XII Encontro Nacional de Educação Matemática promovido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, de 13 a 16 de julho de 2016 na Universidade Cruzeiro do Sul, em São Paulo, repudiamos:

- o corte drástico às políticas públicas e aos programas de governo, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC –, o Observatório da Educação – OBEDUC –, o Programa Escola da Terra – PET – e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID –, comprometendo severamente o desenvolvimento da formação da licenciatura em matemática, pois tal medida retira importante estímulo à formação de professores de matemática e dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil e fragiliza o entrelaçamento entre a universidade e a educação básica;

- a instituição do patrulhamento ideológico dentro da sala aula por governos estaduais e municipais, desrespeitando frontalmente a liberdade de princípios epistemológicos, pedagógicos, filosóficos e democráticos fundamentais para a atuação educacional do professor e do educador; e a ausência – por parte da União, representada pelo MEC – de um posicionamento contrário a esse patrulhamento. O movimento político do governo interino desrespeita valores democráticos e morais da ação educativa fundamentada na diversidade de valores e nos conhecimentos fundamentais ao desenvolvimento de sujeitos críticos, éticos, participativos e criativos – valores

com que a SBEM, como parte da sociedade civil, tem trabalhado arduamente junto ao Estado brasileiro para o desenvolvimento e a consolidação de uma sociedade mais justa e humana. A tentativa de despolitizar o ato educativo institucional vai contra o movimento de três décadas imprimido pela SBEM para o desenvolvimento qualitativo do professor como agente de difusão de princípios democráticos. Os educadores matemáticos não podem pactuar com tal ruptura. O movimento “Escola sem partido” nega o princípio fundamental de que educar é um ato político e de que o professor não pode ser eximido do compromisso de levar para a escola debates de temas de relevância nacional e internacional. Com essa sua determinação o atual governo quer negar que fazer educação é fazer história;

- o desmonte da estruturação e da composição do Conselho Nacional de Educação- CNE, desconsiderando que os membros que compõem as Câmeras são representantes democraticamente indicados pela sociedade civil, em especial, pelas sociedades científicas que representam o conjunto de pesquisadores das diversas áreas de conhecimento. O ato do governo de imposição antidemocrática de mudança de componentes do CNE desconsidera que esse Conselho não é órgão do governo, mas do Estado brasileiro, merecedor de respeito e de garantia à autonomia para condução das políticas e da legislação da educação brasileira.

São Paulo, 16 de julho de 2016.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)